

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

**LEI MUNICIPAL N.º 2104/2012
11 DE JUNHO DE 2012**

**FIXA OS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES E DO PRESIDENTE
PARA O QUATRIÊNIO DE 2013/2016 E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

**PEDRO FERNANDO GRASSI – Prefeito Municipal de São
José do Ouro, Estado do Rio Grande do Sul**, no uso das atribuições que lhe são
conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

Faço Saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e
Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os subsídios dos Vereadores do Município de São – RS, fica
fixado em R\$ 1.590,00 (um mil quinhentos e noventa reais), mensalmente, para a legislatura que
vai de 01.01.2013 a 31.12.2016.

§ 1º A ausência do Vereador na Ordem do Dia da Sessão Plenária
Ordinária, sem justificativa legal, determinará desconto em seu subsídio mensal no valor de R\$
795,00 (setecentos e noventa e cinco reais).

§ 2º Considera-se, como justificativa legal, para efeitos deste artigo,
requerimento protocolado antes do horário da sessão, e após lido durante a abertura da referida
sessão.

§ 3º A licença do Vereador, por motivo de doença, desde que comprovada
através de profissional habilitado, será integralmente remunerada, deduzido do pagamento o
benefício entregue pelo órgão previdenciário.

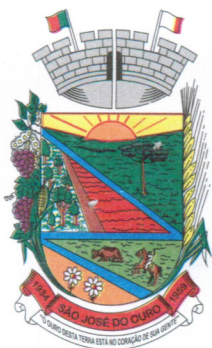
§ 4º As Sessões plenárias extraordinárias, solenes e especiais não serão
remuneradas.

§ 5º Em caso de substituição, os Vereadores suplentes terão direito à
percepção do valor indicado no § 1º deste artigo, por sessão plenária ordinária que participar.

Art. 2º O subsídio do Presidente da Câmara Municipal será no valor de R\$
2.070,00 (dois mil e setenta reais).

Parágrafo Único. O substituto legal que, na forma regimental, assumir a
Presidência, nos impedimentos ou ausências do Presidente da Câmara Municipal, fará jus ao
recebimento do valor proporcional ao período de substituição ao valor do Presidente da Câmara.





MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

Art. 3º O subsídio mensal dos Vereadores e do Presidente da Câmara Municipal terão sua expressão monetária revisada anualmente, considerando os mesmos índices e as mesmas datas observadas para a revisão geral da remuneração dos servidores do Município.

§ 1º No primeiro ano do mandato, o valor dos subsídios dos Vereadores e Presidente de que trata esta lei serão revisadas considerando o período de 1º de janeiro até a data realização da revisão geral da remuneração dos servidores públicos municipais.

§ 2º É condição de legalidade para o pagamento do subsídio mensal dos Vereadores e do Presidente a observância dos limites impostos pela Constituição Federal e pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 3º É vedada à recuperação de valores do subsídio mensal dos Vereadores e do Presidente da Câmara, em anos seguintes, quando não pagos em decorrência do estrapalamento dos limites legais e constitucionais.

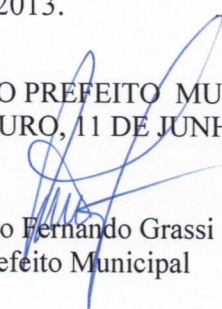
Art. 4º Os subsídios mensais dos Vereadores e Presidente da Câmara serão pagos normalmente durante os recessos parlamentares, independentemente de convocação de sessão legislativa extraordinária.

Art. 5º O valor das diárias a que tem direito o Vereador e o Presidente da Câmara Municipal, em seus afastamentos a serviço ou representação da Câmara, previamente deliberada em plenário, ou solicitada e autorizada expressamente pelo Presidente da Casa, será fixado mediante ato do Poder Legislativo.

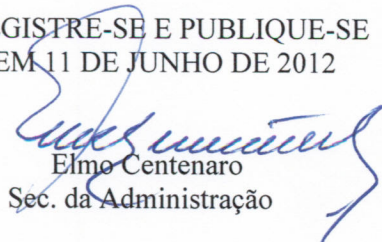
Art. 6º As despesas decorrentes desta lei serão suportadas pelos créditos orçamentários e respectivas dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos sendo gerados a partir de 1º de janeiro de 2013.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DO OURO, 11 DE JUNHO DE 2012.


Pedro Fernando Grassi
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
EM 11 DE JUNHO DE 2012


Elmo Centenaro
Sec. da Administração